

Relatório e **contas**

10



Companhia dos Carros de São Gonçalo, S.A.

O Relatório e Contas da Companhia dos Carros de São Gonçalo, S.A. foram aprovados em Assembleia-geral de 26 de Setembro de 2011

COMPANHIA DOS CARROS DE SÃO GONÇALO, S.A.

Sede - Fundoa de Baixo – São Roque

9020 - 242 FUNCHAL

Sociedade Anónima - Matriculada na Conservatória do Registo
Comercial do Funchal, sob o nº 01016/40.05.08

Pessoa Colectiva nº 511 007 116

Capital Social - 5.000.000,00 Euros

Capital Próprio - 2.218.400,83 Euros

Índice

Órgãos Sociais	8
Relatório de Gestão	10
Contas do Exercício	23

Anexo ao Balanço e Demonstração de Resultados

1 Nota Introdutória.....	28
2 Referencial contabilístico de preparação das Demonstrações financeiras	29
3 Principais políticas contabilísticas	31
4 Fluxos de caixa	41
5 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros.....	42
6 Activos fixos tangíveis.....	44
7 Accionistas/sócios.....	45
8 Outros activos financeiros.....	45
9 Impostos sobre o rendimento	45
10 Clientes	47
11 Estado e outros entes público.....	48
12 Outras contas a receber	48
13 Diferimentos	49
14 Capital realizado	49
15 Reservas legais.....	49
16 Resultados transitados.....	50
17 Outras variações no capital próprio.....	50
18 Financiamentos obtidos.....	50
19 Outras contas a pagar	51
20 Fornecedores	51
21 Vendas e serviços prestados.....	52
22 Subsídios à exploração.....	52
23 Fornecimentos e serviços externos.....	53
24 Gastos com o pessoal	54
25 Aumentos/reduções justo valor	54
26 Outros rendimentos e ganhos	55
27 Outros gastos e perdas	55
28 Gastos/reversões de depreciação e de amortização	56
29 Juros e gastos similares suportados.....	56
30 Divulgações de partes relacionadas	56
31 Acontecimentos após a data de balanço.....	57
32 Outras informações	57
Certificação Legal de Contas	59
Relatório e Parecer do Fiscal Único	61

Órgãos Sociais

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

PRESIDENTE João Heliodoro da Silva Dantas

SECRETÁRIO António Manuel Pita Rentróia

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

PRESIDENTE Nuno Pinto Coelho Homem da Costa

VOGAL João Alcindo de Freitas

VOGAL António José Jardim Faria

FISCAL ÚNICO

EFFECTIVO KPMG & Associados S.R.O.C. 109

Rep. por João Albino Cordeiro Augusto – (Roc. 632)

SUPLENTE Adelaide Maria Viegas Clare Neves – (Roc. 862)

Relatório De Gestão

Em conformidade com as disposições legais aplicáveis, vem o Conselho de Administração da Companhia dos Carros de São Gonçalo, S.A.(SG), apresentar à Accionista e ao público em geral, o Relatório e Contas relativo ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2010.

APRESENTAÇÃO

A Companhia dos Carros de São Gonçalo, S.A., é uma sociedade comercial por acções de natureza privada. Dedicar-se ao transporte colectivo de passageiros (carreiras interurbanas da Camacha, Santo António da Serra, Curral das Freiras, São Roque do Faial, Faial, Santana, São Jorge, Arco de São Jorge, bem como entre Santana e Porto da Cruz e entre Santana e Arco de São Jorge) e ao aluguer de autocarros com condutor, nomeadamente para o turismo.

O Capital Social, integralmente subscrito e realizado, é de 5.000.000,00 Euros e é detido, na totalidade, pela empresa Horários do Funchal Transportes Públicos, S.A. (HF). Esta sociedade, comercial por acções, igualmente de natureza privada e composta por agregação de capitais públicos, dedica-se à exploração, no concelho do Funchal, em regime de exclusividade, de um serviço público de transporte, urbano e local, por autocarro, sendo seus sócios fundadores e actuais, a Região Autónoma da Madeira e a Empresa de Electricidade da Madeira, S.A. detendo, respectivamente 95% e 5% do capital social, integralmente realizado, de 16.500.000,00 Euros.

ENQUADRAMENTO GERAL

A SG no sector interurbano está implantada no mercado como uma empresa orientada para servir o cliente com qualidade e segurança que assim o exige. Na área de sua actuação prima pelas infra-estruturas utilizadas, material circulante, recursos humanos, informação fornecida de apoio ao cliente e responsabilidade do serviço social que presta.

A SG continua a assumir a sua responsabilidade, como empresa pública e social que actua na área da mobilidade interurbana, de contribuir para o desenvolvimento das populações nas zonas da sua actuação, utilizando os seus próprios recursos e ajustando a sua actividade às necessidades do mercado, de modo a aumentar a sua eficiência e qualidade diária.

A economia da Madeira depende, em grande parte, do sector do Turismo e de modo a atrair mais visitantes, as várias entidades regionais empenharam-se em criar vários cartazes turísticos apelativos à procura, com programas ricos em manifestações de carácter cultural, etnográfico e artístico. Deste modo, a SG, através da sua actividade, contribui para a eficiente mobilidade de todos os que procuram o destino Madeira aquando daquelas manifestações.

ACTIVIDADE

A descida da procura verificada e as várias intempéries que assolaram a Região provocaram uma descida na actividade, relativamente ao ano anterior, com consequente impacto negativo nos resultados operacionais.

A SG com o objectivo de reduzir custos e de contrariar a perda de passageiros transportados verificada nos últimos anos, tem introduzido ajustamentos à oferta, adaptando a sua rede, reajustando horários e preparando a introdução de novos títulos combinados, com a sua accionista Horários do Funchal, empresa - mãe, a serem implementados no exercício de 2011.

SERVIÇO CARREIRAS INTERURBANAS

A exploração do serviço decorreu com normalidade, não se registando aspectos de relevo que provocassem perturbações, tanto no âmbito operacional como no comercial, excepção feita às várias intempéries que assolaram a Ilha e que condicionaram o serviço normal regular e com o inevitável impacto no serviço prestado aos nossos clientes.

OFERTA

Manteve-se a extensão da rede simples em 232 km.

A produção de km desceu 3,23 %, em resultado de reajustamentos efectuados no horário de algumas carreiras, na rede da Camacha, Curral das Freiras e Santana em consequência da descida da procura e ainda por viagens não realizadas por consequência da tempestade de 20 de Fevereiro.

As várias tempestades que se abateram sobre a Madeira, causaram inúmeras interrupções de estradas condicionando o curso normal do serviço. Com efeito, verificaram-se diversas alterações de itinerário na rede, nomeadamente no Curral das Freiras. No acesso ao Colmeal e Seara Velha, foram implementados serviços alternativos de transbordo com a carreira 81.

Na rede de Santana, a partir do dia 1 de Setembro, a Câmara Municipal introduziu alterações á circulação na cidade e os autocarros passaram a entrar no Barreiro, seguindo até junto à Igreja e retomando a partir do edifício da Câmara. Por este motivo foi colocado o término da carreira 56 no centro da cidade resultando daí uma mais-valia para o cliente, permitindo a aproximação do serviço á população no centro da cidade e acrescentando valor ao serviço.

Dos reajustamentos acima referidos destaca-se o número de km efectuados, menos 53 664, dos quais 22 517 se ficaram a dever aos efeitos da tempestade de 20 de Fevereiro.

A oferta, aferida pelo indicador de L.K.O. diminuiu 2,9%, em resultado da descida na produção do número de km. Manteve-se a lotação média nos 59 lugares.

Foram percorridos 1 609 615 km, no serviço regular das carreiras.

A velocidade comercial, apurada com base nos registos SAE, foi a seguinte:

- Rede da Camacha, 21,3km/h
- Rede de Santana, 30,3 km/h
- Rede do C. Freiras, 20,0 km/h.

Foram realizadas 60 614 viagens, menos 1 610, do que no ano anterior, situação justificada pela redução da oferta e pelos efeitos das várias tempestades que condicionaram a regularidade do serviço.

O quadro seguinte resume, comparativamente, os principais indicadores da oferta, no serviço regular das carreiras:

Indicadores	2009	2010	Quant.	%
Km Úteis	1 499 921	1 456 515	- 43 406	-2,90
Km em Vazio	163 356	153 100	- 10 257	-6,30
Total Km	1 663 278	1 609 615	- 53 663	-3,20
% Km Vazios	9,80	9,50	-0,29	-3,00
L.M.	59	59	0	0,00
L.K.O.	88 495 366	85 934 390	-2 560 976	-2,90
Viagens realizadas	62 224	60 614	- 1 610	-2,60
Velocidade Média (Km)	25	25	0	0,00

PROCURA

O número de passageiros transportados, regista uma descida de 7,2 %. A queda na procura verifica-se em todos os principais destinos e em todos os perfis de clientes, tanto por utilizadores de passe como de bilhetes, excepções feitas nos destinos Faial, que aumentou 17% e Santana, que se manteve nos valores do ano anterior.

A descida na procura reflectiu-se nas vendas de todos os títulos disponíveis, da seguinte forma:

- Bilhetes-7,4%;
- Passe social-6,8%;
- Passe estudante-4%;
- Passe social sénior-6%;
- Passe social pensionista - 7%.

Como os principais motivos, da baixa da procura, a SG atribui à crise económica internacional, à elevada taxa de desemprego e à descida do número de turistas que visitaram a nossa Ilha.

A título de exemplos, o habitual desdobramento para o R.º Frio, por aumento pontual da procura originada pelos clientes/turistas, deixou de ser efectuado, bem como o mesmo se passou em relação ao Curral das Freiras, onde se notou, claramente, a falta do cliente/turista.

Outro motivo relevante foi a abertura de uma nova escola no Curral das Freiras, em funcionamento desde Setembro de 2009, mais próxima da população, diminuindo assim as necessidades de deslocação dos estudantes e conseqüente influência na procura entre Janeiro e Junho 2010 quando comparado com o ano anterior.

Foram transportados 1 753 675 passageiros no serviço regular das carreiras.

Aferido o número de passageiros transportados, a procura caracterizou-se da seguinte forma:

- Bilhetes..... 39,8 %
- Passe Social 34,0 %
- Passe Estudante 23,2 %
- Passe Social Sénior..... 2,6 %
- Passe Pensionista..... 0,4 %

No quadro seguinte estão resumidos, comparativamente com o ano anterior, os principais indicadores da procura, no serviço regular das carreiras:

Indicadores	2009	2010	Quant.	%
P.T.	1.890.563	1.753.675	-136.888	-7,24
P.M.	19	19	0	0,00
P.K.T.	35.240.323	32.688.651	-2.551.672	-7,24
T. O. (%)	39,80	38,00	-1,80	-4,52
B.T.M.	0,08	0,08	0,00	0,00

FISCALIZAÇÃO

Foram fiscalizadas 7 963 viagens, o que corresponde a 13% do total das viagens realizadas.

O total de passageiros fiscalizados foi de 138 478, o que representa 7,9 % do total dos passageiros transportados.

Foram detectadas 9 infracções, superior em 4 comparativamente com o ano anterior.

Tipo de fraude mais frequente:

- Passageiro sem título de transporte, com 4 infracções;
- Passageiro com título além da zona, com 3 infracções;
- Passageiro com passe inválido, com 2 infracções.

PARAGENS

Os trabalhos de manutenção da rede de paragens decorreram com normalidade e com especial atenção à restauração de suportes e placas de paragem, com o objectivo de manter a boa imagem da sinalética nos pontos de paragem, importante para o decurso normal do serviço e referência para os clientes e pessoal de tráfego.

SERVIÇO DE ALUGUER/TURISMO

OFERTA

A actividade operacional do serviço de turismo, desenvolveu-se com normalidade não obstante a desfavorável conjuntura sócio – económica e factores resultantes de fenómenos meteorológicos, nomeadamente em Fevereiro, Novembro, e Dezembro que nos conduziu a valores de facturação inferiores aos verificados no ano anterior.

A título de exemplo temos as várias escalas de navios de cruzeiro que foram desviadas do porto do Funchal, naqueles períodos, por não poderem atracar no nosso cais, perdendo-se assim os serviços e correspondente facturação.

Os indicadores da oferta registaram um decréscimo resultante do menor número de serviços efectuados.

O quadro seguinte resume os principais indicadores da oferta, nos serviços com Agências:

Indicadores	2009	2010	Quant.	%
Veículo/Km (total)	485.796	431.324	-54.472	-11,21
Lotação média	47	46	-1	-2,13
Lugares Km oferecidos	19.203.401	16.426.925	-2.776.476	-14,46
Serviços realizados	7.108	6.904	-204	-2,87
Frota (unidades)	47	46	-1	-2,13

A frota disponível, manteve a tipologia de 53 e 24 lugares, num total de 46 unidades.

PROCURA

No serviço de Turismo registou-se uma descida acentuada em relação ao ano anterior, com a generalidade dos nossos clientes a reduzir o número de serviços solicitados.

A SG atribuí como principal razão a intempérie, por todos nós conhecida, de 20 de Fevereiro que, pela sua dimensão, e pelas imagens produzidas e divulgadas, na comunicação social, originou o desvio de turistas para outros destinos.

Os nossos principais clientes são as Agências de Viagens que face ao menor número de entradas de turistas, consequência da conjuntura económica desfavorável e às condições atípicas que ocorreram na Madeira em 2010, procuraram em menor escala os nossos serviços.

O serviço de aluguer de viaturas, incluindo Transporte Escolar, registou uma descida no volume de facturação, relativamente ao ano anterior, de 12,57 %.

Os quatro clientes que proporcionaram maior volume de facturação foram as agências de viagem Blandy, J. M. Ferraz, Eurofunchal e Abreu.

Apesar do menor número de serviços efectuados, o número de passageiros aumentou 7,7%.

Os principais indicadores da procura estão representados no quadro seguinte:

Indicadores	2009	2010	Quant.	%
Passageiros Transportados	395.650	426.082	30.432	7,69
Percurso médio	55	49	-6	-10,59
Passageiros/Km transportados	14.117.271	12.682.378	-1.434.893	-10,16
Taxa de ocupação (%)	73,51	77,20	3,69	5,02

MERCADO

A SG está no mercado com um posicionamento orientado pela qualidade e transparência comercial, enquanto alguma concorrência tem optado pela estratégia do preço mais baixo.

A procura tem vindo a descer, quando comparada com anos anteriores. Por outro lado, a estratégia do preço mais baixo, levada à prática por parte da concorrência, associada à crise actual, leva a que o fornecedor perca poder negocial sobre o preço.

RECURSOS HUMANOS

O Quadro de funcionários da SG estabilizou ao longo dos últimos anos. Os principais indicadores dos recursos humanos são os seguintes:

Indicador	2009	2010
Nº Funcionários	81	79
Taxa de contratos a termo	6,17%	8,9%
Saídas	7	4
Entradas	6	2
Faltas (em nº horas)	3.216	3.166
Taxa Trab. Suplementar	21,3%	18,2%
Formação		
Cursos	4	4
Formandos	154	21
Horas formação	3116	676
Exames médicos periodicos	46	11
Exames médicos ocasionais	150	79
Acidentes de trabalho	2	2
Álcool testes	2335	2.237
Testes positivos	1	0

FROTA E MANUTENÇÃO

A SG terminou o ano com 101 autocarros, sendo 55 para o serviço Interurbano e 46 para o Turismo, ficando assim distribuídos pelas seguintes marcas:

Marca	S. Interurbano	S. Turismo	Total	%
Scania	12	10	22	21,78%
Volvo	43	24	67	66,34%
Daf		3	3	2,97%
Toyota		9	9	8,91%
Total	55	46	101	100%

A Idade Média das viaturas é a seguinte:

- Serviço interurbano – 22,6 anos;
- Serviço de turismo – 12,9 anos.

As oficinas da HF asseguram a manutenção das frotas SG e destaca-se as seguintes intervenções:

- Pintura geral - Foi transferida 1 viatura do serviço de turismo para o interurbano, efectuando-se apenas a pintura geral;
- Reconstrução - Foi efectuada uma reconstrução de uma viatura sinistrada pertencente á frota do serviço de turismo;
- Manutenção Preventiva - A fim de serem prevenidas futuras avarias, são realizadas anualmente revisões periódicas em todas as viaturas. Foram efectuadas 234 revisões nas viaturas SG, menos 7 que no ano anterior, sendo 94 nas viaturas do serviço turismo e 140 nas do serviço interurbano;
- Inspeções periódicas - Foram realizadas 188 inspeções periódicas às viaturas.

Custo/km - O custo km por viatura, manutenção e combustíveis, foi de 0,94 euros, para as viaturas afectas ao serviço de turismo e de 0,93 euros para as do serviço interurbano.

A média de consumo de combustível para o serviço interurbano, foi 59 L/100Km em 2010, manteve-se inalterada em relação a 2009. No serviço de turismo, foi 49 L/100Km em 2010 e desceu 2 litros em comparação com período anterior.

AMBIENTE

A SG está firmemente comprometida com a conservação e protecção ambiental, desenvolvendo um esforço para minimizar os impactes decorrentes da sua actividade, quer a nível de emissões de poluentes, quer a nível de consumos de recursos naturais.

A nossa política ambiental passa pelos seguintes parâmetros:

- Apoiar e respeitar os requisitos da actual legislação.

- Operar e manter as viaturas da empresa tendo em conta questões ambientais.
- Definir e planear os serviços de forma a minimizar os consumos energéticos sem que este afecte o produto final.
- Adopção de tecnologias menos poluentes, nomeadamente nos sistemas de propulsão das viaturas sempre que exista uma alternativa viável.
- Minimizar a produção de resíduos, através da redução e de um processo de recolha que permita a reciclagem da maior parte dos resíduos produzidos.
- Minimizar os consumos de electricidade e de água nos edifícios e nos processos de manutenção, nomeadamente na lavagem das viaturas.

Diminuir o impacto decorrente do nosso negócio e melhorar o desempenho ambiental faz parte da cultura e estratégia da SG.

SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

ESTRUTURA DOS CUSTOS E PROVEITOS

	S. Interurbano	S. Turismo	Total
<i>Gastos e perdas</i>			
Gastos pessoal	1.340.972	412.786	1.753.757,59
Forn. Serv. Externos-Combustíveis	812.163	217.151	1.029.313,96
Forn. serv. Externos-Outros	1.166.304	493.749	1.660.053,18
Gastos dep. Amortizações	217.840	51.062	268.902,56
Gastos e perdas financiamento	12.459	11.206	23.665,05
Restantes gastos e perdas	252.159	262.278	514.436,87
	3.801.897	1.448.232	5.250.129,21
<i>Rendimentos e ganhos</i>			
Prestação de serviços	2.395.520	1.389.778	3.785.299
Ind. Compensatória-ent.públicas	695.178	0	695.178
Restantes rend. e ganhos	143.968	55.931	199.899
	3.234.667	1.445.709	4.680.376
<i>Resultados antes impostos</i>	-567.230	-2.523	-569.753

Demonstração do Resultado por Km percorrido

	Interurbana	Turismo
Custos Exploração / Km	2,43	2,72
Outros Custos / Km	0,18	0,64
Total de Custos / Km	2,61	3,36
Proveitos e Ganhos	Interurbana	Turismo
Proveitos de Exploração / Km	2,12	3,22
Outros Proveitos / Km	0,10	0,13
Total de Proveitos / Km	2,22	3,35
Resultado / Km	-0,39	-0,01

Demonstração do Resultado por Passageiro Transportado

	Interurbana	Turismo
Custos Exploração / Passageiro	2,02	2,76
Outros Custos / Passageiro	0,15	0,64
Total de Custos / Passageiro	2,17	3,40
Proveitos e Ganhos	Interurbana	Turismo
Proveitos de Exploração / Passageiro	1,76	3,26
Outros Proveitos / Passageiro	0,08	0,13
Total de Proveitos / Passageiro	1,84	3,39
Resultado / Passageiro	-0,33	-0,01

O resultado líquido deste exercício é negativo em 549.236,73 euros.

A tributação em Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas foi de 41 euros. Os impostos diferidos no montante de 20.557 euros e reflectem-se nas Demonstrações Financeiras num total de imposto sobre o rendimento de 20.516 euros. Pelas retenções na fonte de imposto IRC o valor a recuperar do Estado estima-se em 2.061 euros.

Ao valor a recuperar, acima referido, acresce-se 32.601 euros, respeitante aos Pagamentos Especiais por Conta de IRC, efectuados nos exercícios de 2007 a 2010, não possíveis de deduzir por falta de colecta. De acordo com a legislação vigente, só poderá ser recuperável até o quarto exercício seguinte, se existir matéria colectável. Atendendo aos prejuízos fiscais acumulados e

ao não se prever resultados positivos futuros que gere imposto naqueles montantes, a SG, registou uma imparidade de igual valor.

O resultado negativo do exercício no montante de 549.237 euros é inferior ao do ano anterior em 910.926 euros, que foi um resultado positivo em 361.689 euros.

Os dois serviços que compõem a actividade da SG apresentam resultados negativos, sendo no Interurbano 567.230 euros e no Turismo 2.523 euros, ambos antes de impostos.

Abaixo apresenta-se as variações mais significativas no apuramento dos resultados da SG:

Gastos

Reduções

- Nos gastos com o pessoal em 69 mil euros, que corresponde a 3,8%, sendo as horas extras as que mais contribuíram para esta redução, 30 mil euros, 11,8%;
- Nos gastos e perdas de financiamento (Juros de empréstimos) no valor de 5 mil euros, que corresponde a 20,4%, justifica-se essencialmente pela redução do valor do financiamento, por via das amortizações de Capital, porque as taxas de juro subiram ao longo do ano e a SG contraiu um novo financiamento no montante de 919 mil euros;
- Nos gastos de depreciação e amortização em 262 mil euros, note-se, que este valor seria superior se atendermos aos mesmos motivos já acima justificados na rubrica conservação e reparação e pela alteração dos anos de vidas útil dos órgãos que resultaram da desagregação das viaturas.

Aumentos

- No gasóleo em 98 mil euros, o que corresponde a 10,5 %, a variação do gasóleo deve-se ao aumento do seu preço unitário, atendendo que houve uma diminuição no consumo em 80.000 litros, motivada pela redução do número de km percorridos;
- Nas imparidades de dívidas a receber em 131 mil euros;
- No apuramento do justo valor dos activos financeiros em 249 mil euros;
- Nos outros gastos em 65 mil euros, que refere-se essencialmente à correcção das indemnizações compensatórias registadas por estimativa e só apuradas no ano seguinte.

Ganhos

Aumentos

- Não se registou qualquer aumento com relevo.

Reduções

- Na prestação de serviços em 362 mil euros que representa 8,7%;

- Na Indemnização Compensatória em 189 mil euros que corresponde a 21,4%;
- Nos outros rendimentos e ganhos em 236 mil euros, referentes ao subsídio recebido em 2009, no montante de 80 mil euros, uma anulação de dívida no montante de 150 mil euros e a uma variação no valor dos subsídios ao investimento.

PRINCIPAIS INDICADORES ECONOMICO-FINANCEIROS

DESCRIÇÃO	2010	2009	Varição
Activo não corrente	686.657	1.004.121	-31,62%
Activo corrente	3.796.111	4.426.713	-14,25%
Diferimentos activos	97.139	11.887	717,18%
Caixa e depósitos bancários	137.329	320.189	-57,11%
Total do activo	4.482.768	5.430.834	-17,46%
Capital realizado	5.000.000	5.000.000	0,00%
Capital próprio	2.218.401	2.870.423	-22,72%
Passivo	2.264.367	2.560.411	-11,56%
Diferimentos passivos	50.813	56.071	-9,38%
Vendas Prestações de serviços	3.785.299	4.147.320	-8,73%
Resultados operacionais	-546.098	383.733	-242,31%
Resultados antes de impostos	-569.753	358.546	-258,91%
Imposto s/ o rend. do exercício	20.516	3.143	552,74%
Resultado líquido do exercício	-549.237	361.689	-251,85%

INVESTIMENTO

Neste exercício, o único investimento foi a reconstrução de uma viatura, danificada num acidente.

DESINVESTIMENTO

Procedeu-se ao abate de uma viatura, do serviço interurbano, atendendo ao seu estado de degradação e por a sua recuperação ser, economicamente, inviável.

FINANCIAMENTO

Foi necessário recorrer a um financiamento bancário, de médio prazo (18 meses), como adiantamento da Indemnização Compensatória do ano de 2009, para fazer face a necessidades de tesouraria.

PERSPECTIVAS FUTURAS

As medidas impostas pelo Governo, através dos diversos diplomas publicados e a publicar, vem impor às empresas públicas e equiparadas medidas severas na contenção de custos e de endividamento.

A SG vai desenvolver a sua actividade focando a sua gestão na redução dos custos em geral, principalmente nos operacionais, ajustando a oferta à procura, evitando grandes impactos junto dos seus clientes.

Não prevê qualquer investimento em viaturas novas. No entanto continuará a apostar num serviço de qualidade e eficiência de forma a atrair novos clientes em detrimento do uso do transporte particular.

O não cumprimento dos prazos de pagamento, dos compromissos do sector público, faz com que todo o tecido empresarial seja afectado na sua tesouraria e conseqüentemente, falte também aos seus compromissos, necessitam de recorrer a financiamentos, elevando assim os seus custos. A SG será uma dessas empresas dada a actividade de serviço social do sector dos transportes, dependente de um grande número de Entidades públicas, terá com certeza grandes dificuldades financeiras nos próximos exercícios.

Atendendo ao aumento dos custos, principalmente dos combustíveis, vai a SG, junto da sua Tutela, propor o aumento do tarifário, de forma a melhorar as suas receitas.

RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO

A Administração é responsável pela elaboração das Contas do Exercício, anexas a este relatório, as quais fornecem uma justa e apropriada imagem da situação do negócio e da actividade da empresa.

Na preparação das Contas foram utilizadas políticas contabilísticas e critérios apropriados, consistentes com anos anteriores e com a legislação em vigor.

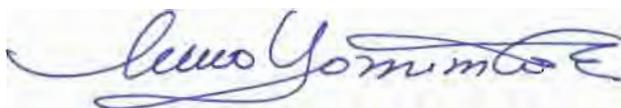
As demonstrações financeiras e os procedimentos de controlo interno foram revistos pelos auditores externos, não tendo sido identificadas distorções materialmente relevantes.

APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

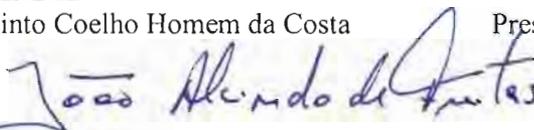
Propomos que o Resultado Líquido do exercício negativo em 549.236,73 euros seja transferido para Resultados Transitados.

Funchal, 27 de Julho de 2011

O Conselho de Administração



Nuno Pinto Coelho Homem da Costa Presidente



João Alcindo de Freitas Vogal



António José Jardim Faria Vogal

Contas Do Exercício

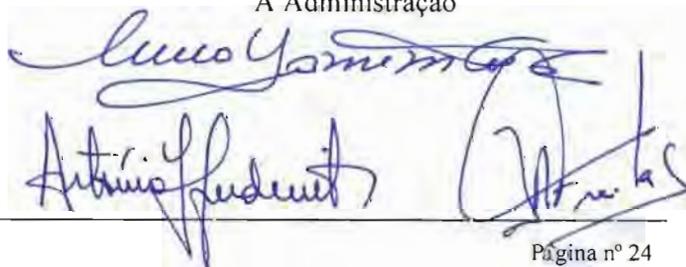
BALANÇO

Rubricas	Notas	exercícios	
		2010	2009
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	5 e 6	436.474,43	505.322,91
Outros activos financeiros	8	250.182,48	498.797,90
		686.656,91	1.004.120,81
Activo corrente			
Inventários		2.021,90	2.104,31
Clientes	10	1.057.703,00	1.077.131,48
Estado e outros entes publicos	11	223.865,80	268.794,81
Accionistas / sócios	7	360.781,30	880.201,18
Outras contas a receber	12	1.917.270,97	1.866.405,49
Diferimentos	13	97.139,42	11.887,12
Caixa e depósitos bancários	4	137.328,97	320.188,70
		3.796.111,36	4.426.713,09
Total do ACTIVO		4.482.768,27	5.430.833,90
CAPITAL PRÓPRIO PASSIVO			
Capital Próprio			
Capital realizado	14	5.000.000,00	5.000.000,00
Acções (quotas) próprias		0,00	0,00
Outros instrumentos de capital próprio		0,00	0,00
Prémios de emissão		0,00	0,00
Reservas legais	15	55.883,80	38.893,36
Outras reservas		0,00	0,00
Resultados transitados	16	-2.289.434,27	-2.613.575,63
Ajustamentos em activos financeiros		0,00	0,00
Excedentes de revalorização		0,00	0,00
Outras variações no capital próprio	5 e 17	1.188,03	83.416,43
Resultado líquido do período		-549.236,73	361.688,90
Interesses minoritários			
Total do Capital Próprio		2.218.400,83	2.870.423,06
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões		0,00	0,00
Financiamentos obtidos	18	0,00	250.000,00
Responsabilidades por benefícios pós-emprego		0,00	0,00
Passivos por impostos diferidos	5, 9, 16 e 17	296,00	20.853,10
Outras contas a pagar		0,00	0,00
		296,00	270.853,10
Passivo Corrente			
Fornecedores	20	933.146,15	1.674.394,23
Adiantamento de clientes		115,38	0,00
Estado e outros entes públicos	11	42.643,74	44.601,85
Accionistas / Sócios		0,00	0,00
Financiamentos obtidos	18	708.985,94	250.000,00
Outras contas a pagar	19	528.367,51	264.490,67
Diferimentos	13	50.812,72	56.070,99
Passivos financeiros detidos para negociação		0,00	0,00
Outros passivos financeiros		0,00	0,00
Passivos não correntes detidos para venda			
		2.264.071,44	2.289.557,74
Total do Passivo		2.264.367,44	2.560.410,84
Total do Capital Próprio e do Passivo		4.482.768,27	5.430.833,90
		0,00	0,00

O Técnico de Contas



A Administração



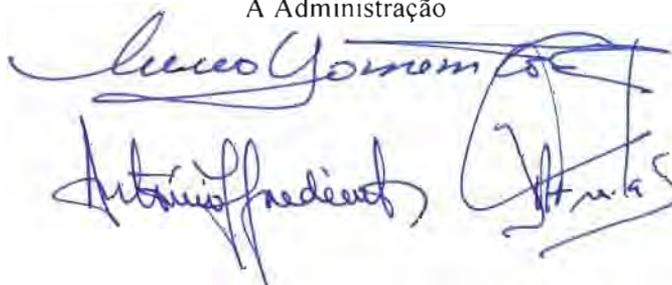
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	Exercícios	
		2010	2009
Vendas e serviços prestados	21	3.785.298,60	4.147.320,17
Subsídios à exploração	22	695.444,33	884.252,83
Ganhos/Perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos		0,00	0,00
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas		-9.299,76	-10.406,98
Fornecimentos e serviços externos	5 e 23	-2.692.978,08	-2.638.354,97
Gastos com pessoal	24	-1.753.757,59	-1.822.326,36
Imparidades de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	10,11 e 12	-130.920,78	-21,56
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	-21.148,32
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/Reduções de justo valor	25	-248.615,42	0,00
Outros rendimentos e ganhos	26	199.064,55	435.424,94
Outros gastos e perdas	27	-125.042,32	-60.423,81
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		-280.806,47	914.315,94
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5 e 28	-268.902,56	-530.583,09
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)		0,00	0,00
Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-549.709,03	383.732,85
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados	29	-20.044,11	-25.187,06
Resultado antes de impostos		-569.753,14	358.545,79
Imposto sobre rendimento do período	9	20.516,41	3.143,11
Resultado líquido do período		-549.236,73	361.688,90

O Técnico de Contas



A Administração



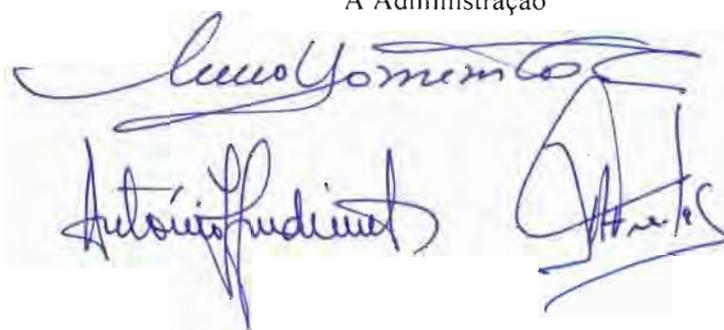
Fluxos de Caixa

RUBRICAS	exercícios	
	2010	2009
ACTIVIDADES OPERACIONAIS		
Recebimentos de Clientes	3.110.342,81	3.272.449,17
Pagamento a Fornecedores	-4.121.219,38	-2.754.058,17
Pagamentos ao Pessoal	-1.059.582,64	-1.123.419,94
Fluxos de caixa das actividades operacionais	-2.070.459,21	-605.028,94
Pagamento / Recebimento do imposto sobre o rendimento	-3.614,68	-1.566,28
Outros recebimentos / pagamentos	1.695.533,64	825.502,40
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)	-378.540,25	218.907,18
ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Pagamentos de		
Activos Fixos Tangíveis	-2.699,82	-7.788,23
Recebimentos de		
Activos Fixos Tangíveis		108.750,00
Juros e Rendimentos similares	10.150,25	23.819,59
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)	7.450,43	124.781,36
ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Recebimentos de		
Financiamento Obtidos	918.985,94	
Pagamentos de		
Financiamentos Obtidos	-710.000,00	-250.000,00
Juros e gastos similares	-20.755,85	-30.128,01
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)	188.230,09	-280.128,01
Variação de Caixa e seus equivalentes (1+2+3)	-182.859,73	63.560,53
Efeitos das diferenças de câmbio	0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período	818.986,60	755.426,07
Caixa e seus equivalentes no fim do período	636.126,87	818.986,60

O Técnico de Contas



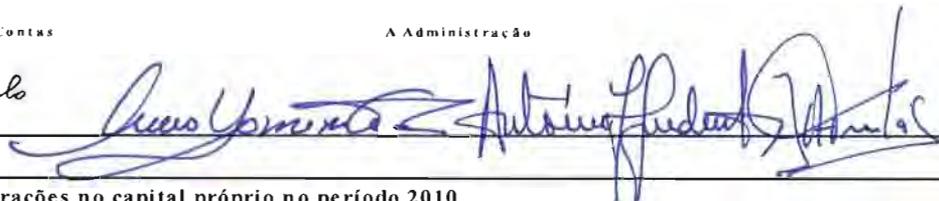
A Administração



Demonstração das alterações no capital próprio no período 2009								Valores em euros
	Notas	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa					Total	Total do Capital Próprio
		Capital Realizado	Reservas legais	Resultados transitados	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período		
Posição no Início do Período N-1	1	5.000.000	17.901	(2.990.543)	-	419.840	2.447.198	2.447.198
Alterações no Período								
Primeira adopção novo referencial contabilístico					156.444		156.444	156.444
Alterações de políticas contabilísticas								
Diferenças conversão demonstrações financeiras								
Realização exc. Reval. Act. fixos tang. intangíveis								
Exced. rev. Act. fixos tang. intang. resp. variações								
Reconhecimento de subsídios ao investimento					(109.400)			
Ajustamentos por impostos diferidos				(21.880)	21.880			
Aplicação do resultado líquido do período			20.992	398.848		(419.840)		
Outras alterações reconhecidas no capital próprio					14.493			
	2	-	20.992	376.968	83.417	(419.840)	61.537	156.444
Resultado Líquido do Período	3					361.689	361.689	361.689
Resultado Extensivo	4=2+3					(58.151)	(58.151)	518.133
Operações e/ Detent. capital no Período								
Outras operações	5	-	-	-	-	-	-	-
Posição no Fim do Período N-1	6=4+2+3+5	5.000.000	38.893	(2.613.576)	83.417	361.689	2.870.423	2.870.423

O Técnico Oficial de Contas

A Administração

Demonstração das alterações no capital próprio no período 2010								Valores em euros
	Notas	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa					Total	Total do Capital Próprio
		Capital Realizado	Reservas legais	Resultados transitados	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período		
Posição no Início do Período N	6	5.000.000	38.893	(2.613.576)	83.417	361.689	2.870.423	2.870.423
Alterações no Período								
Primeira adopção de novo referencial contabilístico								
Alterações de políticas contabilísticas								
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras								
Realização do exced. reval. de act. fixos tang. e intangíveis								
Excedentes rev. de act. fixos tang. e intang. resp. variações								
Reconhecimento de subsídios ao investimento					(102.786)			
Ajustamentos por impostos diferidos				(20.557)	20.557			
Aplicação do resultado líquido do período			16.990	344.698		(361.689)		
Outras alterações reconhecidas no capital próprio								
	7	-	16.990	324.141	(82.228)	(361.689)	-	-
Resultado Líquido do Período	8					(549.237)	(549.237)	(549.237)
Resultado Extensivo	9=7+8					(910.926)	(910.926)	(910.926)
Operações e/ Detentores capital no Período								
Realizações de capital								
Realizações de prémios de emissão								
Distribuições								
Entradas para cobertura de perdas								
Outras operações	10	-	-	-	-	-	-	-
Posição no Fim do Período N	11=6+7+8+10	5.000.000	55.884	(2.289.434)	1.188	(549.237)	2.218.401	2.218.401

O Técnico Oficial de Contas

A Administração




Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados

1 Nota Introdutória

1.1 Identificação da Entidade

1.1.1 Designação da Entidade

A Companhia dos Carros de São Gonçalo, S. A. (SG), é uma sociedade constituída em 10 de Junho de 1939, por escritura pública, exarada de fls. 89, verso, a fls. 90, verso, do livro de notas para escrituras diversas n.º 17 do notário da Secretaria Notarial do Funchal, Dr. Francisco Alberto Correia Figueira. Em seu tipo – sociedade comercial por acções, natureza – entidade privada, composição - agregação de capitais públicos e está inscrita/matriculada na Conservatória do Registo Comercial do Funchal sob o n.º.01016/40.05.08, a fls. 151 verso, do livro C-3.º, com o capital social integralmente subscrito e realizado de 5.000.000,00 Euros.

Objecto e finalidade - exploração em regime de exclusivo de um serviço público e por via da relação de concessão uma entidade concessionária de serviço público (CAE 49391 - Transporte interurbano em autocarros), assegura no sector o aluguer de autocarros com condutor, para o turismo (CAE 49392 - Outros transportes terrestres de passageiros, diversos, n.e.).

1.1.2 Sede

A S. G. é a pessoa colectiva n.º. 511 007 116, com sede no Sítio da Fundoa de Baixo, freguesia de São Roque, concelho do Funchal.

1.1.3 Designação da empresa mãe

A Horários do Funchal – Transportes Públicos, SA (HF), é uma sociedade constituída em 5 de Junho de 1986, por escritura pública, exarada de fls. 36, verso, a fls. 43, verso, do livro de notas para escrituras diversas n.º. 93 do Cartório Privativo do Governo da Região Autónoma da Madeira, em seu tipo - sociedade comercial por acções, natureza - entidade privada, composição - agregação de capitais públicos, objecto e finalidade - exploração em regime de exclusivo de um serviço público e por via da relação de concessão uma entidade concessionária de serviço público (CAE 49310 – Transportes terrestres, urbanos e suburbanos, de passageiros). São seus sócios fundadores e actuais a Região Autónoma da Madeira (95%) e a Empresa de Electricidade da Madeira, S.A. (5%). Está inscrita/matriculada na Conservatória do Registo Comercial do Funchal sob o n.º.03441/86.08.28, a fls. 188 verso, do livro C-9º., com o Capital Social integralmente realizado de 16.500.000,00 Euros.

1.1.4 Sede da empresa mãe

A HF é a pessoa colectiva n.º 511026340, com sede no Sítio da Fundoa de Baixo, freguesia de São Roque, concelho do Funchal, referencial Contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2 Referencial contabilístico de preparação das Demonstrações financeiras

2.1 Disposições gerais

As demonstrações financeiras da Companhia dos Carros de São Gonçalo, S.A, foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), conforme disposto no Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho. O SNC é composto pelas Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras (BADF), Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF), Código de Contas (CC), Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF), Normas Interpretativas (NI) e Estrutura Conceptual.

As demonstrações financeiras que incluem o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa e o anexo, foram aprovadas pelo Conselho de Administração, no dia 27 de Julho de 2011, são expressas em euros e foram preparadas de acordo com os pressupostos da continuidade e do regime de acréscimo no qual os itens são reconhecidos como activos, passivos, capital próprio, rendimentos e gastos quando satisfaçam as definições e os critérios de reconhecimento para esses elementos contidos na estrutura conceptual, em conformidade com as características qualitativas da compreensibilidade, relevância, materialidade, fiabilidade, representação fidedigna, substância sobre a forma, neutralidade, prudência, plenitude e comparabilidade.

As políticas contabilísticas apresentadas na nota 3, foram utilizadas nas demonstrações financeiras para o período findo a 31 de Dezembro de 2010 e na informação financeira comparativa apresentada nestas demonstrações financeiras para o período findo a 31 de Dezembro de 2009.

2.2 Derrogações às disposições do SNC

Não Foram feitas derrogações às disposições do SNC.

2.3 Comparabilidade com o ano anterior

Não existem contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior.

2.4 Adopção pela primeira vez das NCRF

Conforme previsto na NCRF 3 as demonstrações financeiras incluem informação comparativa com referência a 31 de Dezembro de 2009, preparada de acordo com o SNC.

A transição do POC para o SNC teve os seguintes impactos nas demonstrações financeiras da Empresa:

A Empresa considerou que à luz das NCRF os diferimentos de custos incorridos com a substituição de peças e/ou reparação das viaturas da Empresa deveriam ser classificados como activo fixo tangível. O respectivo custo passou também a ser reconhecido na demonstração dos resultados em 2009 como Gastos de depreciação e de amortização (anteriormente Fornecimentos e serviços externos).

A Empresa procedeu à reclassificação dos proveitos diferidos relativos a subsídios não reembolsáveis do passivo para o Capital Próprio, reconhecendo sobre os mesmos um imposto diferido a pagar (em conformidade com a NCRF 22).

A reconciliação do capital próprio relatado de acordo com o POC com o capital próprio segundo as NCRF, entre a data de transição para as NCRF e 31 de Dezembro de 2009, apresenta-se como segue:

(valores em euros)	
DESCRIÇÃO	
Capital próprio de acordo com o POC a 1 de Janeiro de 2009	2.447.198
Ajustamentos efectuados ao capital próprio em 1 de Janeiro de 2009	
<i>Reclassificação do valor de subsídios não reembolsáveis obtidos</i>	195.555
<i>Reconhecimento de impostos diferidos sobre os subsídios não reembolsáveis obtidos</i>	(39.111)
Capital próprio de acordo com as NCRF a 1 de Janeiro de 2009	2.603.642
Capital próprio de acordo com o POC a 31 de Dezembro de 2009	2.787.007
Ajustamentos efectuados ao capital próprio em 31 de Dezembro de 2009	
<i>Reclassificação do valor de subsídios não reembolsáveis obtidos</i>	104.270
<i>Reconhecimento de impostos diferidos sobre os subsídios não reembolsáveis obtidos</i>	(20.853)
Capital próprio de acordo com as NCRF a 31 de Dezembro de 2009	2.870.423

A reconciliação do resultado relatado segundo o POC, relativo ao período findo em 31 de Dezembro de 2009, com o resultado segundo as NCRF relativo ao mesmo período, apresenta-se como segue:

(valores em euros)	
DESCRIÇÃO	
Resultado do período de 2009 de acordo com o POC	339.809
Ajustamentos efectuados às rubricas de rendimentos e gastos do período de 2009 <i>Impostos diferidos relativos ao reconhecimento de subsídios ao investimento</i>	21.880
Resultado do período de 2009 de acordo com as NCRF	361.689

Na preparação do balanço de abertura de acordo com as NCRF não foram reconhecidas ou revertidas perdas por imparidade.

As reconciliações apresentadas não incluem itens referentes a correcções de erros. Todos os itens dizem respeito à alteração de políticas contabilísticas.

Estas demonstrações financeiras são as primeiras demonstrações financeiras preparadas em conformidade com as NCRF, tendo sido aplicada a NCRF 3 – Adopção pela primeira vez das Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro.

3 Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas na preparação das demonstrações financeiras apresentam-se como segue:

3.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCRF requer que o Conselho de Administração formule julgamentos, estimativas e pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e o valor dos activos, passivos, rendimentos e gastos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros factores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos activos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas. As questões que requerem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou para as quais os pressupostos e estimativas são considerados

significativos, são apresentados na Nota 3.3 - Principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras.

3.2 Outras políticas contabilísticas relevantes

Activos fixos tangíveis

Os activos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição que compreende o seu preço de compra, incluindo os direitos de importação e os impostos de compra não reembolsáveis, após dedução dos descontos e abatimentos, quaisquer custos directamente atribuíveis para colocar o activo na localização e condição necessárias, para o mesmo ser capaz de funcionar da forma pretendida, e a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção do item e de restauração do local no qual este está localizado, deduzido das respectivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade, excepção feita aos bens do Equipamento básico (viaturas para transporte de passageiros, desagregada em componentes) adquiridos até o ano de 1992 que estão acrescidos das reavaliações efectuadas ao abrigo dos Decretos-Lei 49/91 de 25 de Janeiro e 264/92, de 24 de Novembro.

Os custos subsequentes são reconhecidos como activos fixos tangíveis apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Empresa. As reparações que prolonguem a vida útil e económica dos bens do activo fixo tangível, são contabilizadas pelo custo de aquisição e são amortizadas durante o tempo médio de vida útil estimado (Equipamento básico - viaturas para o transporte de passageiros desagregadas em componentes) e/ou pela vida útil esperada e/ou residual das respectivas imobilizações.

As reparações/ manutenção de natureza plurianual e de carácter recorrente bem como as adições e/ou os melhoramentos que não são activos fixos tangíveis, mas integrem custos ocorridos no exercício, referentes a anos seguintes são contabilizadas e reconhecidas no período compreendido entre duas reparações, na rubrica de custos diferidos, sendo a parte correspondente a cada um dos exercícios registada na demonstração de resultados, respeitando-se assim o princípio do acréscimo e/ou da especialização dos exercícios.

As reparações / manutenção periódica, preventiva e preditiva, custos de assistência diária, são reconhecidas como gastos à medida que são incorridos.

Para desenvolvimento da sua actividade e tendo em conta a orografia da Ilha da Madeira, a SG tem por norma que imprimir às viaturas utilizadas no desenvolvimento da sua actividade especificidades significativas. Esta situação associada a custos significativos de transportes, dificulta a venda por parte da SG destas viaturas fora da Ilha da Madeira, sendo que as restantes empresas que operam no mercado regional no ramo dos transportes não conseguem absorver este tipo de viaturas, caracterizando a inexistência de um mercado activo inviabilizando assim o apuramento de um valor de mercado apropriado. Assim, esse valor apenas é determinado quando existem propostas de venda para material específico ou pela determinação de um valor no residual.

No que respeita à determinação do valor em uso, este deve reflectir os fluxos de caixa esperados, actualizados a uma taxa de desconto apropriada para o negócio. A SG considera que, para o cálculo dos fluxos de caixa esperados, deve ter-se em conta as características do serviço

público prestado bem como as especificidades da estrutura de financiamento que tem vindo a ser seguida.

Na ausência de contratualização da prestação de serviço público, a SG entende que não é possível a determinação do valor em uso conforme definido pelo Sistema de Normalização Contabilística, e não se encontram definidas regras específicas para empresas prestadoras de serviço público.

Não obstante, quando se verificam situações específicas que um activo possa estar em imparidade, nomeadamente quando as viaturas deixem de prestar serviço, é determinado o valor recuperável, e reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um activo exceda o seu valor recuperável. Desta forma, as perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda (valor realizável líquido) e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do activo e da sua alienação no fim vida útil.

Os terrenos não são depreciados. As depreciações dos activos fixos tangíveis são calculadas sobre o valor de custo ou de reavaliação, a partir da entrada em funcionamento dos bens, segundo o método da linha recta, após a dedução do seu valor residual. Em 2010, tendo a Empresa acesso pela primeira vez a informação adicional, decidiu proceder à desagregação das viaturas por componentes e inerentemente alterar as vidas úteis das viaturas, tendo como base uma análise realizada internamente. Desta forma, de acordo com a NCRF nº 7, foi considerada como vida útil destes activos o período durante o qual a Empresa espera que as componentes que os compõem estejam disponíveis para uso, de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada dos bens:

	Número de anos
Edifícios e outras construções	3 a 10
Equipamento básico:	
Viaturas	
Motores	8
Caixas velocidades	2
Diferenciais	5
Eixos	5
Carroçarias	8
Outros	16
Equipamentos cobrança e controlo	3 a 8
Programas eq cobrança e controlo	3
Equipamento administrativo	5 a 8
Outros activos fixos tangíveis	5 a 8

As vidas úteis dos bens, método de depreciação e valor residual, quando aplicável, vão ser revistos anualmente. O efeito das alterações a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

Os ganhos ou perdas provenientes do abate ou alienação são determinados pela diferença entre o recebimento e a quantia escriturada do activo, sendo reconhecidos como rendimentos ou gastos no período. No caso de alienação de bens revalorizados, o montante incluído em excedentes de revalorização é transferido para resultados transitados.

Direitos de concessão

Os direitos de concessão para o transporte público de passageiros, 13 carreiras, foram concedidas, sem valor e não estão registados como activos intangíveis, pelo facto de não existir um mercado activo para valorização das mesmas e por incorporarem um serviço público não passível de ser quantificável.

Impostos sobre o rendimento do período

O imposto sobre o rendimento do período é calculado com base no resultado tributável da Empresa e considera a tributação diferida.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base no resultado tributável, o qual difere do resultado contabilístico da Empresa, de acordo com as regras fiscais aprovadas, à data de balanço, no local da sede da Empresa.

Os impostos diferidos referem-se a diferenças temporárias entre os montantes dos activos e passivos relevados contabilisticamente e os respectivos montantes para efeitos de tributação.

Os activos e passivos por impostos diferidos são calculados, e periodicamente avaliados, utilizando as taxas de tributação aprovadas à data de balanço, não se procedendo ao respectivo desconto.

Os activos por impostos diferidos são reconhecidos, somente, quando for provável que lucros tributáveis estarão disponíveis, contra os quais, as diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Na data de cada balanço, é efectuada uma reapreciação das diferenças temporárias, subjacentes, aos activos por impostos diferidos, no sentido de as reconhecer ou ajustar, em função da expectativa actual da sua recuperação futura.

O imposto sobre o rendimento é reconhecido na demonstração dos resultados, excepto quando relacionado com itens que sejam movimentados em capitais próprios, facto que implica o seu reconhecimento em capitais próprios.

Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios, decorrentes da reavaliação de activos, são reconhecidos em resultados, no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Em conformidade com o estabelecido no parágrafo 68 da NCRF 25, a Empresa procede à compensação dos activos e passivos por impostos diferidos sempre que a Empresa:

- Tiver um direito legalmente executável de compensar activos por impostos correntes contra passivos por impostos correntes;

- Os activos por impostos diferidos e os passivos por impostos diferidos se relacionarem com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável.

Inventários

Os inventários são valorizados ao menor entre o seu custo de aquisição e o seu valor realizável líquido. O custo dos inventários inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição actual. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado no decurso normal da actividade deduzido dos respectivos custos de venda.

A fórmula de custeio das saídas de armazém (consumos) é o custo médio ponderado.

A Empresa reduz o custo dos inventários (write down) para o seu valor realizável líquido sempre que esses activos estão escriturados por quantias superiores àquelas que previsivelmente resultariam da sua venda ou uso.

Contas a receber

As contas a receber são inicialmente reconhecidas ao seu justo valor, sendo subsequentemente valorizadas ao custo ou custo amortizado, utilizando o método da taxa de juro efectiva, sendo apresentadas no balanço deduzidas das perdas por imparidade que lhe estejam associadas.

As perdas por imparidade são registadas com base na avaliação regular da existência de evidência objectiva de imparidade associada aos créditos de cobrança duvidosa na data do balanço. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

Caixa e equivalentes de caixa

A caixa e seus equivalentes englobam o dinheiro em caixa e em depósitos à ordem e investimentos financeiros a curto prazo, altamente líquidos que sejam prontamente convertíveis para quantias conhecidas de dinheiro e que estejam sujeitos a um risco insignificante de alterações de valor.

Subsídios do Governo

Os subsídios do Governo não reembolsáveis relacionados com activos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos nos Capitais Próprios e, subsequentemente quanto aos que respeitam a activos fixos tangíveis depreciáveis e intangíveis com vida útil definida, imputados numa base sistemática como rendimentos durante os períodos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados que se pretende que eles compensem. Quanto aos que respeitem a activos fixos tangíveis não depreciáveis e intangíveis com vida útil indefinida, são

mantidos nos Capitais Próprios, excepto se a respectiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade.

Um subsídio do Governo não é reconhecido, até que haja segurança razoável de que a Empresa cumprirá as condições a ele associadas, e que o subsídio será recebido.

Os subsídios do Governo reembolsáveis são contabilizados como Passivos.

Os empréstimos sem juros ou a taxas de juros baixas são uma forma de apoio do Governo, mas o benefício não é quantificado pela imputação de juros.

Um subsídio do Governo que se torne recebível como compensação por gastos ou perdas já incorridos ou para a finalidade de dar suporte financeiro imediato à Empresa sem qualquer futuro custo relacionado é reconhecido como rendimento do período em que se tornar recebível.

Os subsídios que são concedidos para assegurar uma rentabilidade mínima ou compensar deficits de exploração de um dado exercício imputam-se como rendimentos desse exercício, salvo se destinarem a financiar deficits de exploração de exercícios futuros, caso em que se imputam aos referidos exercícios. Estes subsídios são apresentados separadamente como tal na demonstração dos resultados.

Quando um subsídio do Governo tomar a forma de transferência de um activo não monetário, tal como terrenos ou outros recursos, para uso da Empresa, é usual avaliar o justo valor do activo não monetário e contabilizar quer o subsídio quer o activo por esse justo valor. Caso este não possa ser determinado com fiabilidade, tanto o activo como o subsídio serão registados por uma quantia nominal.

Os subsídios do Governo não condicionais que se relacionem com um activo biológico mensurado pelo seu justo valor menos custos estimados no ponto de venda são reconhecidos como rendimento quando, e somente quando, o subsídio do Governo se torna recebível.

Os subsídios do Governo condicionais que se relacionem com um activo biológico mensurado pelo seu justo valor menos custos estimados no ponto de venda são reconhecidos como rendimento quando, e somente quando, sejam satisfeitas as condições ligadas aos subsídios do Governo.

Provisões

São reconhecidas provisões quando:

- A Empresa tem uma obrigação presente, legal ou construtiva como resultado de um acontecimento passado;
- É provável que um ex fluxo de recursos que incorporem benefícios económicos será necessário para liquidar a obrigação; e,
- É possível efectuar uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

Numa base anual, as provisões são sujeitas a uma revisão, de acordo com a estimativa das respectivas responsabilidades futuras. A actualização financeira da provisão, com referência ao final de cada período, é reconhecida como um gasto financeiro.

Activos e passivos contingentes

A Empresa não reconhece activos e passivos contingentes.

Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de um ex fluxo de recursos que incorporem benefícios económicos. Os activos são divulgados, quando for provável um influxo de benefícios económicos.

Os activos e passivos contingentes são avaliados continuamente para assegurar que os desenvolvimentos estão apropriadamente reflectidos nas demonstrações financeiras.

Se tornar-se provável que um ex fluxo de benefícios económicos futuros será exigido para um item previamente tratado como um passivo contingente, é reconhecida uma provisão nas demonstrações financeiras do período em que a alteração da probabilidade ocorra.

Se tornar-se virtualmente certo que ocorrerá um influxo de benefícios económicos, o activo e o rendimento relacionado são reconhecidos nas demonstrações financeiras do período em que a alteração ocorra.

Os passivos contingentes de carácter ambiental não são reconhecidos no balanço. Se existir uma possibilidade, menos que provável, de que um dano ambiental deva ser reparado no futuro, mas essa obrigação esteja ainda dependente da ocorrência de um acontecimento incerto, a Empresa divulga o respectivo passivo contingente.

Reconhecimento de gastos e rendimentos

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime de acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas de Outros activos ou passivos conforme sejam valores a receber ou a pagar.

Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber relativa à prestação de serviços das carreiras interurbanas e serviços de aluguer e turismo.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando tiverem sido satisfeitas todas as condições seguintes:

- A Empresa tenha transferido para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens;
- A Empresa não mantenha envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse, nem o controlo efectivo dos bens vendidos;
- A quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- Seja provável que os benefícios económicos associados com a transacção fluam para a Empresa;

- Os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transacção possam ser fiavelmente mensurados.

O rédito associado com uma prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da prestação da transacção à data do balanço quando o desfecho de uma transacção possa ser fiavelmente estimado. O desfecho de uma transacção pode ser fiavelmente estimado quando todas as condições seguintes forem satisfeitas:

- A quantia de rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- Seja provável que os benefícios económicos associados à transacção fluam para a Empresa;
- A fase de acabamento da transacção à data do balanço possa ser fiavelmente mensurada; e
- Os custos incorridos com a transacção e os custos para concluir a transacção possam ser fiavelmente mensurados.

O rédito compreende os montantes facturados na venda de produtos ou prestações de serviços líquidos de impostos sobre o valor acrescentado, abatimentos e descontos. Quando o influxo de dinheiro ou equivalentes de dinheiro for diferido, o justo valor da retribuição pode ser menor que a quantia nominal. Esta diferença é reconhecida como rédito de juros.

Gastos/Rendimentos de financiamentos

Os gastos/rendimentos de financiamentos incluem os juros pagos pelos empréstimos obtidos, os juros recebidos de aplicações efectuadas e rendimentos e gastos similares obtidos e suportados.

Os juros são reconhecidos de acordo com o regime de acréscimo.

Acontecimentos após a data de balanço

As demonstrações financeiras apresentadas reflectem os eventos subsequentes ocorridos até 27 de Julho de 2011, data em que foram aprovadas pelo Órgão de Gestão conforme referido na Nota 2.1.

Os eventos ocorridos após a data do balanço sobre condições que existiam à data do balanço, são considerados na preparação das demonstrações financeiras.

Os acontecimentos materiais após a data do balanço que não dão lugar a ajustamentos são divulgados na Nota 31.

Capitalização de custos com empréstimos

Os custos de empréstimos directamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um activo que se qualifica são capitalizados como parte do custo desses activos.

Um activo que se qualifica é um activo que leva necessariamente um período substancial de tempo para ficar pronto para o seu uso pretendido ou para venda. O montante de custos a capitalizar é determinado através da aplicação de uma taxa de capitalização sobre o valor dos investimentos efectuados. A taxa de capitalização corresponde à média ponderada dos juros com empréstimos aplicável aos empréstimos em aberto no período.

A capitalização de custos com empréstimos obtidos como parte do custo de um activo que se qualifica inicia-se quando os dispêndios com o activo estejam a ser incorridos, os custos de empréstimos obtidos estejam a ser incorridos e as actividades que sejam necessárias para preparar o activo para o seu uso pretendido ou venda estejam em curso.

A capitalização dos custos dos empréstimos obtidos cessa quando substancialmente todas as actividades necessárias para preparar o activo elegível para o seu uso pretendido ou para a sua venda estejam concluídas.

Os custos de empréstimos obtidos são reconhecidos como um gasto do período não sendo capitalizados mesmo que directamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um activo que se qualifica.

Imparidade

Em cada data de balanço é efectuada uma avaliação da existência de evidência objectiva de imparidade, nomeadamente da qual resulte um impacto adverso nos fluxos de caixa futuros estimados do activo financeiro ou grupo de activos financeiros e sempre que possa ser medido de forma fiável.

Para os activos financeiros que apresentam indicadores de imparidade, é determinado o respectivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objectiva de perda de valor resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial.

3.3 Principais estimativas e julgamentos

As NCRF requerem que sejam efectuadas estimativas e julgamentos no âmbito da tomada de decisão sobre alguns tratamentos contabilísticos com impactos nos valores reportados no total do activo, passivo, capital próprio, gastos e rendimentos. Os efeitos reais podem diferir das estimativas e julgamentos efectuados, nomeadamente no que se refere ao efeito dos gastos e rendimentos reais.

As principais estimativas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos são discutidos nesta nota com o objectivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afecta os resultados reportados pela Empresa e a sua divulgação. Uma descrição detalhada das principais políticas contabilísticas utilizadas pela Empresa é apresentada na Nota 3.2 do Anexo.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adoptado pela Empresa, os resultados reportados poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente tivesse sido escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efectuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Empresa e o resultado das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes. Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas são mais apropriadas.

Recuperabilidade de saldos devedores de clientes e outros devedores

As perdas por imparidade relativas a saldos devedores de clientes e outros devedores são baseadas na avaliação efectuada pela Empresa da probabilidade de recuperação dos saldos das contas a receber, antiguidade de saldos, anulação de dívidas e outros factores. Existem determinadas circunstâncias e factos que podem alterar a estimativa das perdas por imparidade dos saldos das contas a receber face aos pressupostos considerados, incluindo alterações da conjuntura económica, das tendências sectoriais, da deterioração da situação creditícia dos principais clientes e de incumprimentos significativos. Este processo de avaliação está sujeito a diversas estimativas e julgamentos. As alterações destas estimativas podem implicar a determinação de diferentes níveis de imparidade e, conseqüentemente, diferentes impactos nos resultados.

Impostos sobre os lucros

Existem diversas transacções e cálculos para os quais a determinação do valor final do imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal dos negócios. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente dos impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

Em Portugal, as Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria colectável efectuado pela Empresa, durante um período de quatro ou seis anos (quatro anos a partir dos prejuízos gerados no período de 2010), no caso de haver prejuízos fiscais reportáveis. Desta forma, é possível que ocorram correcções à matéria colectável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção da Empresa, de que não haverá correcções significativas aos impostos sobre os lucros registados nas demonstrações financeiras.

O não reconhecimento dos activos por impostos diferidos relacionados com prejuízos fiscais teve por base projecções da Empresa, que demonstram a inexistência de lucros tributáveis futuros.

Subsídios à exploração/ Indemnização compensatória

Os subsídios atribuídos pelo Governo regional da Madeira, de acordo com o protocolo em vigor, embora não recebidos mas com uma certeza razoável de que o vão ser, são reconhecidos, por estimativa, como rendimentos do período de forma a balancear com os gastos que supostamente vão compensar.

Ainda de acordo com o mesmo protocolo o seu valor definitivo só será calculado após a aprovação de contas de todas as Empresas, do mesmo sector, que contribuem com os elementos necessários ao seu apuramento.

Vidas úteis

A vida útil de um activo é o período durante o qual uma entidade espera que um activo esteja disponível para seu uso e deve ser revista pelo menos no final de cada exercício económico.

A determinação das vidas úteis dos activos, principalmente para o seu equipamento básico (viaturas de transporte colectivo de passageiros) e do método de amortização/depreciação a aplicar é essencial para determinar o montante das amortizações/depreciações a reconhecer no resultado de cada exercício.

Estes parâmetros são definidos de acordo com a melhor estimativa da gestão, para os activos e negócios em questão.

Em 2010, tendo por base informação adicional disponibilizada internamente, a Empresa decidiu desagregar o equipamento básico (viaturas) em componentes e rever as vidas úteis aplicáveis a cada componente. A definição das novas vidas úteis foi efectuada com base na antiguidade e na condição destes equipamentos, bem como na expectativa futura de utilização

3.4 Principais pressupostos relativos ao futuro

Não foram identificadas pelo órgão de gestão da Empresa situações que coloquem em causa a continuidade da Empresa.

3.5 Principais fontes de incertezas das estimativas

As principais fontes de incertezas encontram-se detalhadas na Nota 3.3.

4 Fluxos de caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa é preparada segundo o método directo, através do qual são divulgados os recebimentos e pagamentos de caixa brutos em actividades operacionais, de investimento e de financiamento.

A Empresa classifica os juros e dividendos pagos como actividades de financiamento e os juros e os dividendos recebidos como actividades de investimento.

A 31 de Dezembro de 2010 todos os saldos de caixa e seus equivalentes encontram-se disponíveis para uso.

A rubrica de caixa e depósitos bancários é constituída pelos seguintes saldos:

Descrição	31-12-2010	31-12-2009
Caixa	1.000	1.000
Depósitos à ordem		
Barclays Bank PLC	749	6.749
Montepio	1.130	3.135
Banco Espirito Santo	23.056	0
Banif	22.947	99.694
Caixa Geral de Depositos	83.359	25.915
Millenium BCP	4.051	21.736
Santander Totta	1.036	11.960
Depósitos a prazo		
Montepio		150.000
	137.329	320.189

5 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Durante o presente período a Empresa aplicou pela primeira vez as seguintes NCRF, tendo tido os seguintes efeitos no período corrente e no período anterior:

- De acordo com a NCRF n.º 22, os subsídios do Governo não reembolsáveis relacionados com activos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos nos Capitais Próprios e, subsequentemente, quando respeitam a activos fixos tangíveis depreciáveis e intangíveis com vida útil definida, imputados numa base sistemática como rendimentos durante os períodos necessários, para balanceá-los com os gastos relacionados, que se pretende que eles compensem;
- De acordo com a NCRF n.º 25 os subsídios do Governo não reembolsáveis, sendo uma diferença temporária tributável, devem ser reconhecidos passivo por impostos diferidos;

A SG reclassificou os proveitos diferidos relativos a subsídios não reembolsáveis do passivo para o Capital Próprio, reconhecendo sobre os mesmos um imposto diferido a pagar. A quantia de ajustamento relacionado com períodos anteriores ao apresentado, tanto nos Capitais Próprios como nos Resultados do Exercício de 2009, estão divulgadas na Nota 2.4 deste anexo.

No exercício corrente e seguintes limita-se a imputar, numa base sistemática, como rendimentos de cada período de forma a balancear com os gastos relacionados.

Durante o presente período a Empresa alterou as seguintes estimativas contabilísticas:

- De acordo com a NCRF n.º 7 a SG desagregou em componentes, de substituição ou não, o seu equipamento básico (viaturas de transporte colectivo de passageiros) de acordo com as suas vidas úteis esperadas, no anterior Normativo eram reconhecidas e depreciadas como um único item;

No anterior Normativo os custos incorridos com a substituição de peças e/ou reparação das viaturas eram diferidos e imputado nos resultados de acordo com a vida útil estimada. O respectivo custo passou também a ser reconhecido na demonstração dos resultados em 2009

como Gastos de depreciação e de amortização (anteriormente Fornecimentos e Serviços Externos - conservação e reparação).

Destas alterações resultou os ajustamentos:

No Balanço	
Activo fixo tangível de acordo com o POC em 2009	308.783
Ajustamentos efectuados no equipamento básico em 2009 Reclassificação do valor dos orgaos de substituição dos custos diferidos	196.540
Activo fixo tangível após reclassificação em 2009	505.323
Deferimentos de acordo com o POC em 2009	208.427
Reclassificação do valor dos orgaos de substituição para activo fixo tangível	-196.540
Deferimentos após reclassificação em 2009	11.887

Na Demonstração dos Resultados	
Fornecimentos e serviços externos em 2009	-2.840.989
Reclassificação do valor dos orgaos de substituição dos custos diferidos Conservação e reparação	202.634
Fornecimentos e serviços externos após reclassificação em 2009	-2.638.355
Gastos/reversões de depreciação e de amortização em 2009	-327.949
Reclassificação do valor dos orgaos de substituição para activo fixo tangível	-202.634
Gastos/reversões de depreciação e de amortização em 2009	-530.583

O impacto no presente período derivado da alteração de política e estimativa contabilística, acima referida, foi de um proveito de 75.071 euros, de acordo com o quadro seguinte:

Efeitos no período corrente	
Gastos/reversões de depreciação e de amortização antes alteração v. útil e reclassificação	-212.502
Reconhecimento dos custos associados ao valor dos orgaos de substituição a diferir	-169.332
Total dos custos reconhecidos na demonstração dos resultados antes da alteração	-381.834
Gastos/reversões de depreciação e de amortização após alteração v. útil e reclassificação	-268.903
Custos com conservação e reparação não capitalizáveis	-37.860
Total dos custos reconhecidos na demonstração dos resultados após alteração	-306.763
Impacto reflectido na demonstração de resultados	75.071

6 Activos fixos tangíveis

Esta rubrica é analisada como segue:

	(valores em euros)	
	31-12-2010	31-12-2009
Valor Bruto:		
Terrenos e recursos naturais	4	4
Edifícios e outras construções	9.729	9.729
Equipamento básico	12.212.831	12.079.201
Equipamento de transporte	-	-
Equipamento administrativo	39.200	39.200
Equipamentos biológicos	-	-
Outros activos fixos tangíveis	4.390	4.390
	12.266.154	12.132.524
Depreciação acumulada e imparidade		
Depreciação do período	(258.843)	(530.583)
Depreciação acumulada de períodos anteriores	(11.570.837)	(11.096.618)
Perdas por imparidade do período	-	-
Perdas por imparidade de períodos anteriores	-	-
	(11.829.680)	(11.627.201)
Valor líquido contabilístico	436.474	505.323

Os movimentos na rubrica de activos fixos tangíveis durante o ano 2010, são analisados como segue:

	(valores em euros)						
	Saldo inicial	Adições	Revalorizações / Imparidades	Alienações	Activos classificados como detidos para venda	Outras alterações	Saldo final
Valor bruto:							
Terrenos e recursos naturais	4						4
Edifícios e outras construções	9.729						9.729
Equipamento básico	12.079.201	219.635				(86.005)	12.212.831
Equipamento de transporte	-						-
Equipamento administrativo	39.200						39.200
Equipamentos biológicos	-						-
Outros activos fixos tangíveis	4.390						4.390
Adiantamentos por conta de investimentos	-						-
	12.132.524	219.635	-	-	-	(86.005)	12.266.154
Depreciação acumulada e imparidade							
Terrenos e recursos naturais	(4)						(4)
Edifícios e outras construções	(9.729)						(9.729)
Equipamento básico	(11.576.213)	(258.843)				56.364	(11.778.692)
Equipamento de transporte	-						-
Equipamento administrativo	(36.865)						(36.865)
Equipamentos biológicos	-						-
Outros activos fixos tangíveis	(4.390)						(4.390)
	(11.627.201)	(258.843)	-	-	-	56.364	(11.829.680)
Total	505.323						436.474

As principais variações ocorridas no período correspondem a uma grande reparação efectuada numa das viaturas da empresa no valor 75.219 euros, assim como, a várias substituições dos componentes das viaturas da empresa.

As outras alterações correspondem aos abates de imobilizado do período dos quais se destaca o abate de uma viatura totalmente amortizada e cujo valor de aquisição ascendia a 56.364 euros, assim como a um abate de órgãos de substituição no valor de 10.060 euros, cujo custo foi reconhecido como Gastos/reversões de depreciação e de amortização.

7 Accionistas/sócios

O detalhe desta rubrica é analisado como segue:

Descrição	31-12-2010	31-12-2009
Activo corrente		
Horários do Funchal - Transportes Públicos, S. A	360.781	880.201
	360.781	880.201

Refere-se ao montante a receber da casa-mãe, referente à venda de títulos de transporte associados à prestação de serviços, interurbano, realizado pela Companhia dos Carros de São Gonçalo, S.A.

8 Outros activos financeiros

O detalhe desta rubrica é analisado como segue:

Descrição	31-12-2010	31-12-2009
Activo não corrente		
Obrigações BCP	250.182	498.798
	250.182	498.798

9 Impostos sobre o rendimento

A Empresa regista nas suas contas o efeito fiscal, decorrente das diferenças temporárias, que se verificam entre os activos e passivos determinados numa óptica contabilística e numa óptica fiscal, o qual é analisado como segue:

Descrição	Impostos diferidos activos		Impostos diferidos passivos	
	31-12-2010	31-12-2009	31-12-2010	31-12-2009
Subsídios não reembolsáveis			20.557	21.880
Outras diferenças				-18.704
	0	0	20.557	3.176

A SG não reconheceu impostos diferidos activos, dado que não espera lucros tributáveis futuros, contra os quais as diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas, por este motivo anulou os impostos registados até o exercício de 2009, reflectindo-se na rubrica outras diferenças.

Os principais componentes de gastos/rendimentos de impostos apresentam-se como segue:

Descrição	2010	2009
Impostos correntes	-41	-32
Ajustamentos referentes a períodos anteriores		
Origem e reversão de diferenças temporárias	20.557	3.175
	20.516	3.143

O imposto sobre o rendimento do exercício registado na demonstração dos resultados corresponde à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos. Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando os impostos diferidos se relacionam com itens registados directamente no capital próprio, caso em que são registados no capital próprio.

O imposto corrente a pagar é calculado com base no lucro tributável.

Na SG o seu resultado é negativo, o imposto corrente calculado corresponde às tributações autónomas sobre gastos incorridos no exercício.

O detalhe dos prejuízos e créditos fiscais reportáveis é analisado como segue:

Data limite de reporte	31-12-2010	31-12-2009
2010		249.286
2011	1.314.628	1.314.628
2012	0	0
2013	110.420	110.420
	1.425.048	1.674.334

A Empresa não reconheceu os seguintes impostos diferidos activos:

Descrição	31-12-2010		31-12-2009	
	Base	Imposto	Base	Imposto
Prejuízos fiscais 2004			249.286	49.857
Prejuízos fiscais 2005	1.314.628	262.926	1.314.628	262.926
Prejuízos fiscais 2006	0	0	0	0
Prejuízos fiscais 2007	110.420	22.084	110.420	22.084
	1.425.048	285.010	1.674.334	334.867

10 Clientes

A rubrica de Clientes é analisada como segue:

	(valores em euros)	
	31-12-2010	31-12-2009
Valor Bruto:		
Clientes c/c		
Serviços de turismo	513.995	566.832
Serviços de transporte interurbano	726.507	569.832
Empresas associadas	-	-
Adiantamentos por conta de compras	-	-
	1 240 501	1 136 664
Imparidade acumulada		
Perdas por imparidade do período	(123.266)	266
Perdas por imparidade de períodos anteriores	(59.532)	(59.799)
	(182.798)	(59.532)
Valor líquido contabilístico	1.057.703	1.077.131

Os movimentos das perdas por imparidade são analisados como segue:

	(valores em euros)			
Descrição	Saldo inicial	Perdas	Reversões	Saldo final
Perdas por imparidade				
Serviços de turismo	(59.532)	(121.776)	569	(180.740)
Serviços de transporte interurbano	-	(2.058)	-	(2.058)
	(59.532)	(123.834)	569	(182.798)

A principal variação respeita ao ajustamento do montante a receber do cliente TMTC - The Madeira Travel Company, ao qual a empresa deixou de prestar serviços em 2010.

A antiguidade dos saldos de clientes apresenta-se como segue:

Descrição	até 180 dias	Entre 180 e 365 dias	Entre 365 e 730 dias	Mais de 730 dias
Clientes gerais	428.149	278.576	439.313	94.463
	428 149	278 576	439 313	94 463

11 Estado e outros entes público

A rubrica de Estado e outros entes públicos é analisada como segue:

Descrição	31-12-2010	31-12-2009
Activo		
Imposto sobre o rendimento	34.662,13	39.815,11
IVA a recuperar	111.805,03	262.872,32
IVA reembolsos pedidos	110.000,00	0,00
Sutotal	256.467,16	302.687,43
Imparidades	-32.601,36	-33.892,62
	223.865,80	268.794,81
Passivo		
Retenções de imposto sobre o rendimento	-9.276,51	-8.965,95
Outros impostos	0,00	-15,00
Contribuições para a Segurança Social	-33.367,23	-35.620,90
	-42.643,74	-44.601,85

A SG realizou junto do Estado pagamentos especiais por conta, os quais ascendem a 31 de Dezembro de 2010 a 32.601 euros. Em face da reduzida expectativa de recuperabilidade dos mesmos, a Empresa registou uma perda por imparidade no mesmo montante.

No período a SG registou perdas por imparidade relativas a pagamentos especiais por conta de 7.436 euros, tendo utilizado a provisão para pagamentos especiais por conta de 2006 no montante de 8.727 euros.

12 Outras contas a receber

A rubrica de Outras contas a receber é analisada como segue:

Descrição	(valores em euros)	
	31-12-2010	31-12-2009
Valor Bruto:		
Adiantamentos ao pessoal	6.510	7.886
Outros devedores	5.289	84.180
Devedores por acréscimos de rendimentos	1.906.921	1.775.568
	1 918 720	1 867 634
Imparidade acumulada		
Imparidade do período	(220)	(288)
Imparidade de períodos anteriores	(1.229)	(941)
	(1.449)	(1.229)
Valor líquido contabilístico	1.917.271	1.866.405

O saldo da rubrica, devedores por acréscimos de rendimentos, refere-se aos Subsídios á Exploração dos exercícios de 2008 (parte), 2009 e 2010 a serem pagos pelo Governo Regional da Madeira

13 Diferimentos

A rubrica de Diferimentos é analisada como segue:

(valores em euros)

Descrição	31-12-2010	31-12-2009
Activo		
<i>Gastos a reconhecer</i>		
Seguros	90.972	11.727
Outros	6.167	160
	97.139	11.887
Passivo		
<i>Rendimentos a reconhecer</i>		
Passes	(50.813)	(55.323)
Outros	-	(748)
	(50.813)	(56.071)

No que concerne a gastos a reconhecer o aumento corresponde ao seguro de responsabilidade civil de passageiros, o qual foi pago em Dezembro de 2010.

A conta de rendimentos a reconhecer - Passes regista o valor dos títulos de transporte a utilizar pelos nossos clientes em Janeiro de 2011, os quais foram vendidos no período compreendido entre 20 e 31 de Dezembro de 2010.

14 Capital realizado

O capital social de 5.000.000 euros, representado por 1.000.000 acções ordinárias de valor nominal de 5 euros cada, encontra-se integralmente realizado a 31 de Dezembro de 2010.

15 Reservas legais

Em conformidade com o art.º 295 do Código das Sociedades Comerciais e de acordo com os estatutos da Empresa, a reserva legal é obrigatoriamente dotada com um mínimo de 5% dos resultados anuais até à concorrência de um valor equivalente a 20% do capital social da Empresa. Esta reserva só pode ser utilizada na cobertura de prejuízos ou no aumento do capital social.

Durante o período a reserva foi reforçada em 16.990 euros, totalizando 55.884 euros.

16 Resultados transitados

A variação dos resultados transitados diz respeito à incorporação do resultado líquido do exercício anterior no montante de 361.689 euros, bem como e no cumprimento da determinação da Comissão de Normalização Contabilística, a empresa reverteu o valor de 20.557 euros em Resultados transitados por conta dos impostos diferidos registados no período relativos a subsídios.

17 Outras variações no capital próprio

A rubrica de Outras variações no capital próprio é analisada como segue:

(valores em euros)

Descrição	31-12-2010	31-12-2009
Subsídios	1.484	104.270
Ajustamentos por impostos diferidos	(296)	(20.854)
	1 188	83 416

A variação ocorrida no período está associada ao reconhecimento do subsídio ao investimento - subsídio aos sistemas de Bilhética e Apoio à Exploração, cujo proveito reconhecido no período foi de 1.484 euros, o imposto diferido associado àquele montante foi de 296 euros.

18 Financiamentos obtidos

A análise da rubrica de Financiamentos obtidos, por maturidade, é a seguinte:

Descrição	31-12-2010	31-12-2009
Instituições de crédito e sociedades financeiras		
Empréstimos bancários		
Até 1 ano	708.986	250.000
De 1 a 5 anos	0	250.000
	708.986	500.000

19 Outras contas a pagar

A rubrica de Outras contas a pagar é analisada como segue:

Descrição	31-12-2010	31-12-2009
Corrente		
Cientes	0	695
Fornecedores de investimentos	115.342	2.700
Credores por acréscimos de gastos		
Férias e Subsídio de Férias	235.485	241.934
Outros credores por acréscimos de gastos	11.612	7.471
Outros credores	161.932	8.972
Pessoal	3.997	2.719
	528.368	264.491

O montante de 235.485euros é relativo a férias e subsídio de férias de 2010 a pagar em 2011, incluindo respectivos encargos sociais.

As variações mais significativas são como segue:

Fornecedores de investimento: Refere-se á aquisição de 5 viaturas em estado de uso e ao custo da reconstrução de uma viatura afecta ao serviço de turismo em dívida à empresa Mãe - Horários do Funchal Transportes Públicos, S.A, no valor de 115.342 euros;

Outros credores: Refere-se igualmente à Empresa - Mãe Horários do Funchal Transportes Públicos, S.A no valor de 150.361 Euros.

20 Fornecedores

A rubrica de Fornecedores é analisada como segue:

Descrição	(valores em euros)	
	31-12-2010	31-12-2009
Fornecedores c/c		
Gerais	100.674	71.265
Empresa-mãe	832.381	1.602.600
Facturas em recepção e conferência	91	529
	933.146	1.674.394

As principais variações dos saldos apresentados são como segue:

- Nos Fornecedores gerais as empresas Álvaro D. Fernandes, Lda. e Serlima Clean – Serviços de Limpeza, SA, com os valores respectivos de 17.385 e 15.183 Euros;
- Nos Fornecedores Empresa – Mãe, Horários do Funchal Transportes Públicos S.A. e refere-se aos seus fornecimentos, essencialmente, de gasóleo e serviços de manutenção/

reparação de viaturas, liquidados durante o presente exercício. O saldo em 31/12/2009 tinha uma antiguidade de cerca de 180 dias e em 2010 de 105 dias.

21 Vendas e serviços prestados

As vendas e serviços prestados analisam-se da seguinte forma:

Descrição	(valores em euros)	
	2010	2009
Serviços prestados		
Bilhetes	1 276 103	1 345 522
Vinhetas e passes	1 119 418	1 252 653
Turismo	1 389 778	1 549 145
	3 785 299	4 147 320

No que diz respeito a títulos de transporte, bilhetes e passe verifica-se uma redução no valor de 69 mil euros (5%), deve-se essencialmente à diminuição da procura motivada pela elevada taxa de desemprego.

Em relação ao Serviço de Turismo verificou-se uma redução de cerca de 87,5 mil Euros, (10%) nos circuitos tabelados e 103 mil Euros (2%) nos outros serviços. Estas descidas reflectem a quebra que o turismo teve na RAM a perda do cliente Escola B+S Alfredo Ferreira Cabral e diminuição das deslocações em lazer da população residente na Ilha.

22 Subsídios à exploração

Durante o período foram reconhecidos em rendimentos os seguintes subsídios à exploração:

Descrição	(valores em euros)	
	2010	2009
Indemnização compensatória	694 164	883 640
Outros	1 280	613
	695 444	884 253

A indemnização compensatória do ano de 2010 foi estimada em valor inferior à do período anterior em 112 mil Euros, foi também reduzida em 77 mil euros em conformidade o artº. 16 do Decreto Legislativo Regional nº. 14/2010/M.

23 Fornecimentos e serviços externos

A rubrica de Fornecimentos e serviços externos é analisada como segue:

Descrição	2010	2009
Subcontratos	20.302	18.549
Serviços especializados:		
Trabalhos especializados	11.746	24.840
Publicidade e propaganda	1.414	535
Vigilância e segurança	0	0
Honorários	0	2.350
Comissões	31.090	30.185
Conservação e reparação	1.213.725	1.249.951
Outros	0	0
Materiais:		
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	0	50
Livros e documentação técnica	0	0
Material de escritório	4.135	2.325
Artigos para oferta	0	0
Outros	664	1.055
Energia e fluidos:		
Electricidade	1.498	395
Combustíveis	1.029.314	931.336
Água	4.520	6.661
Outros	0	0
Deslocações, estadas e transportes:		
Deslocações e estadas	1.017	659
Transportes de pessoal	0	0
Transportes de mercadorias	0	0
Outros	0	0
Serviços diversos:		
Rendas e alugueres	163.481	164.415
Comunicação	13.109	12.202
Seguros	177.541	173.387
Royalties	332	750
Contencioso e notariado	179	1.725
Despesas de representação	407	259
Limpeza, higiene e conforto	6.432	7.426
Outros serviços	12.072	9.301
	2.692.978	2.638.355

As variações mais significativas registaram-se nas seguintes rubricas:

- Combustíveis

- Foram consumidos menos 80 mil litros de gasóleo, sendo 58 mil no serviço interurbano e 22 mil no serviço de turismo;

- Os custos do gasóleo subiram 98 mil Euros sendo 79 mil Euros no serviço interurbano e 19 mil Euros no serviço de turismo;

A SG faz notar que embora consumisse menos 80 mil litros de gasóleo o seu custo subiu em 98 mil Euros atendendo à subida do seu custo unitário. Se o preço unitário do gasóleo não tivesse alterado, representava uma economia de gastos, em relação ao ano anterior, de 156 mil Euros.

- Conservação e reparação

- A conservação e reparação refere-se essencialmente a viaturas do serviço de transporte e apresenta uma redução de 36 mil Euros, sendo 12 mil euros em lavagens.

24 Gastos com o pessoal

A rubrica de Gastos com pessoal é analisada como segue:

(valores em euros)

Descrição	2010	2009
Remunerações dos órgãos sociais	36 633	35 433
Remunerações do pessoal	1 396 761	1 449 331
Outros benefícios		
Indemnizações	-	
Encargos sobre remunerações	302 077	314 045
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	17 932	20 724
Gastos de acção social	104	757
Outros gastos com o pessoal	250	2 036
	1 753 758	1 822 326

As remunerações expressas na rubrica remunerações dos órgãos sociais são atribuídas à empresa mãe, Horários do Funchal, pelo desempenho de cargos sociais dos seus membros do conselho de Administração na SG.

As remunerações do pessoal reduziram em 3,8%, 68 mil euros, sendo 30 mil euros em Horas extras, 11,8% e o restante valor nas diversas rubricas que compõem este item.

O número médio de pessoas ao serviço da Empresa, foi de 80 em 2010 e de 81 em 2009.

Distribuição do pessoal em 31 de Dezembro:

Descrição	31-12-2010	31-12-2009
Órgãos sociais		
Directores/Chefias superiores		
Quadros superiores		
Quadros médios		
Chefias intermédias	1	1
Profissionais altamente qualificados	1	1
Profissionais semi-qualificados	70	74
Contratados a prazo	7	5
	79	81

25 Aumentos/reduções justo valor

O montante registado de 248.615 euros refere-se à redução de justo valor das obrigações detidas do Millennium BCP.

26 Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de Outros rendimentos e ganhos é analisada como segue:

Descrição	2010	2009
Rendimentos suplementares	20.996	19.651
Descontos de pronto pagamento obtidos	0	6
Ganhos em inventários	975	2.205
Investimentos não financeiros	0	354
Outros	177.094	413.210
	199.065	435.425

A rubrica Outros regista uma variação negativa em 217 mil euros, não se refere a uma redução mas sim a valores que foram reconhecidos em 2009, sem carácter de continuidade, mais precisamente um subsídio atribuído pelo Governo Regional da Madeira, a título extraordinário, no montante de 80 mil euros e de uma anulação de dívida no montante de 149 mil euros.

27 Outros gastos e perdas

A rubrica de Outros gastos e perdas é analisada como segue:

(valores em euros)

Descrição	2010	2009
Impostos	72	65
Descontos de pronto pagamento concedidos	2 747	1 568
Dívidas incobráveis	-	-
Perdas em inventários	-	-
Restantes activos financeiros	-	-
Investimentos não financeiros	-	-
Outros	122 223	58 791
	125 042	60 424

Os descontos de pronto pagamento referem-se a incentivos dados pontualmente, aos nossos clientes, de forma a antecipar o recebimento de contas de clientes ainda não vencidas.

Na rubrica Outros refere-se essencialmente às diferenças de estimativas das indemnizações compensatórias dos exercícios anteriores. Em 2009 a estimativa de 2008 foi reduzida em 42 mil euros e em 2010 a de 2009 no valor de 112 mil euros.

28 Gastos/reversões de depreciação e de amortização

A rubrica de Gastos/reversões de depreciação e de amortização é analisada como segue:

(valores em euros)

Descrição	2010	2009
Gastos		
Propriedades de investimento		
Activos fixos tangíveis	268 903	530 583
Activos intangíveis		
Reversões		
Propriedades de investimento		
Activos fixos tangíveis		
Activos intangíveis		
	268 903	530 583

29 Juros e gastos similares suportados

A rubrica de Juros e gastos similares suportados é analisada como segue:

Descrição	2010	2009
Juros suportados	20.044	24.172
Outros gastos e perdas	0	1.015
	20.044	25.187

Embora o aumento das taxas de juro ao longo do ano e da contracção de um novo financiamento, praticamente no final do exercício, a variação deve-se pela redução do valor dos empréstimos bancários por via amortização de capital.

30 Divulgações de partes relacionadas

A SG é detida a 100% pela empresa Horários do Funchal Transportes Públicos S.A.

Não foram atribuídas quaisquer remunerações ao pessoal - chave da gestão além de senhas de presença ao Presidente e Secretário da Assembleia Geral no montante de 1.200 euros, referente ao ano de 2009 e 2010.

Foi atribuído à empresa – mãe uma remuneração no montante de 35.433euros a título de desempenho de cargos sociais dos seus órgãos de gestão.

As transacções entre partes relacionadas apresentam-se como segue:

Descrição	2010	2009
Vendas e prestações de serviço		
Empresa-mãe	0	492
Gastos		
Empresa-mãe	-2.521.385	-2.424.649
	-2.521.385	-2.424.157

Os saldos com partes relacionadas apresentam-se como segue:

Descrição	31-12-2010	31-12-2009
Activos		
Empresa-mãe	361 000	869 301
Passivos		
Empresa-mãe	-1 101 378	-1 605 300
	- 740 378	- 735 999

31 Acontecimentos após a data de balanço

Após a data de balanço não ocorreram quaisquer acontecimentos susceptíveis de darem lugar a ajustamentos ou divulgações nas demonstrações financeiras da Empresa.

32 Outras informações

32.1 Empréstimos e Garantias Bancárias

Banco	Data do Contrato		Montante contratado	Em dívida 31-12-2010	Finalidade	Garantias
	Início	Vencimento				
CGD	21-11-2006	21-11-2011	1.000.000	250.000	Investimento	Livrança
CGD	20-07-2010	13-01-2012	918.986	458.986	I comp/2008	Livrança e c. conforto GRM
Total			1.918.986	708.986		

Garantias solidárias com a HF

- Pelo pagamento de qualquer valor resultante do incumprimento de dois contratos de financiamento entre o BCP e a HF efectuados em 24/08/2004 e 24/11/2004 por 7 anos no montante de 2.000.000 de euros cada, vencendo-se em 24/08/2011 e 24/11/2011 respectivamente. O valor actual da garantia é de 250.000 euros para cada um dos financiamentos. A SG deu como garantia a penhora dos títulos de crédito Obrigações BPSM no montante de 498.798 euros.
- Garantia no montante de 250.182, junto do BCP.

32.2 Anexo ao relatório do conselho de administração

Anexo ao relatório do conselho de administração a que se refere o n.º 5 do Art.º 447.º do (C.S.C.) Código das sociedades comerciais

ORGÃOS SOCIAIS (Art.º 447.º, n.º 1 do C.S.C)	N.º. ACCÇÕES EM 31/12/09	N.º. ACCÇÕES EM 31/12/10
MESA DA ASSEMBLEIA GERAL João Heliodoro da Silva Dantas António Manuel Pita Rentróia		
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO Nuno Pinto Coelho Homem da Costa João Alcindo de Freitas António José Jardim Faria		
FISCAL ÚNICO KPMG & Associados S.R.O.C., SA Rep. por João Albino Cordeiro Augusto - Roc. n.º 632		

ACCIONISTAS (Art.º 447.º, n.º 2, alínea d) do C.S.C.)	N.º. ACCÇÕES EM 31/12/09	N.º. ACCÇÕES EM 31/12/10
Horários do Funchal - Transportes Públicos, S. A.	1.000.000	1.000.000

Informação a que se refere o n.º 4 do Artigo 448.º do C.S.C.

Os accionistas abaixo indicados detinham em 31 de Dezembro de 2010
a seguinte posição

ACCIONISTAS	N.º. ACCÇÕES	%
Horários do Funchal - Transportes Públicos, S. A.	1.000.000	100



**KPMG & Associados - Sociedade de Revisores
Oficiais de Contas, S.A.**
Edifício Marina Fórum
Av. Arriaga, 77
3º Andar – Sala 302
9000-060 Funchal
Portugal

Telefone: +351 291 23 99 00
Fax: +351 291 23 99 22
Internet: www.kpmg.pt

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Introdução

- 1 Examinámos as demonstrações financeiras da **Companhia dos Carros de São Gonçalo, S.A.**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2010, (que evidencia um total de 4.482.768 euros e um total de capital próprio de 2.218.401 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 549.237 euros), a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio e a Demonstração dos fluxos de caixa do período findo naquela data e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

- 2 É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
- 3 A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

- 4 O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e,
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
- 5 O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
- 6 Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

- 7 Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da **Companhia dos Carros de São Gonçalo, S.A.** em 31 de Dezembro de 2010, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa no período findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Ênfase

- 8 Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção para o facto de que, à data de 31 de Dezembro de 2010, encontra-se perdido mais de metade do capital social da Empresa, em resultado do resultado líquido negativo registado no período, tendo o Conselho de Administração efectuado os procedimentos descritos no artigo 35º do Código das Sociedades Comerciais, sobre os quais relata no relatório de gestão. Pese embora o Conselho de Administração proponha aos accionistas da Empresa a reposição do valor dos capitais próprios a um nível adequado, o equilíbrio da actividade operacional e dos resultados dos exercícios futuros encontra-se dependente da capacidade de articulação dos proveitos de exploração com os custos de exploração, bem como numa eventual redefinição da estratégia comercial.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base na continuidade das operações, a qual depende do suporte financeiro dos accionistas, do sucesso futuro das suas operações, e da capacidade de obtenção de recursos financeiros externos, não incluindo qualquer ajustamento caso se venha a constatar que esta base não foi a apropriada.

Relato sobre outros requisitos legais

- 9 É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do período.

Funchal, 19 de Setembro de 2011



KPMG & Associados -
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (nº 189)
representada por
João Albino Cordeiro Augusto (ROC nº 632)



**KPMG & Associados - Sociedade de Revisores
Oficiais de Contas, S.A.**
Edifício Marina Fórum
Av. Arriaga, 77
3º Andar – Sala 302
9000-060 Funchal
Portugal

Telefone: +351 291 23 99 00
Fax: +351 291 23 99 22
Internet: www.kpmg.pt

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Exmos. Senhores Accionistas da
Companhia dos Carros de São Gonçalo, S.A.

De acordo com o disposto na alínea g) do número 1 do artigo 420º do Código das Sociedades Comerciais, cumpre-nos, na qualidade de Fiscal Único da Companhia dos Carros de São Gonçalo, S.A., apresentar o Relatório da nossa acção fiscalizadora, bem como o parecer sobre o relatório de gestão, contas e propostas apresentadas pelo Conselho de Administração da Sociedade, relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2010.

Através de contactos estabelecidos com o Conselho de Administração, bem como de esclarecimentos e de informação recolhida junto dos serviços competentes, informámo-nos acerca da actividade da Sociedade e da gestão do negócio desenvolvida e procedemos à verificação da informação financeira produzida ao longo do exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, efectuando as análises julgadas convenientes.

Averiguámos a observância da Lei e dos Estatutos da Sociedade, procedemos à verificação da regularidade da escrituração contabilística e da respectiva documentação de suporte, verificámos se as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados pela Sociedade conduzem a uma correcta avaliação do património e dos resultados e levámos a cabo outros procedimentos julgados necessários nas circunstâncias.

Após o encerramento das contas apreciamos os documentos de prestação de contas, nomeadamente, o relatório de gestão, elaborado pelo Conselho de Administração, bem como as demonstrações financeiras apresentadas que compreendem o Balanço, a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio, a Demonstração dos fluxos de caixa e o correspondente Anexo.

Procedemos ainda à emissão da respectiva Certificação Legal das Contas, com uma ênfase, decorrente do exame realizado.

Tal como mencionado na ênfase da Certificação Legal das Contas, gostaríamos de salientar de novo que as demonstrações financeiras da Empresa continuam a evidenciar uma situação patrimonial deficitária pelo que, nos termos do artigo 35º do Código das Sociedades Comerciais, os Accionistas devem ser informados em Assembleia Geral da presente situação para que possam decidir sobre as medidas que considerem convenientes e de forma a serem cumpridas as prerrogativas definidas no referido artigo o mais brevemente possível.

Do Administrador Único e dos serviços competentes obtivemos sempre a documentação e os esclarecimentos solicitados, o que agradecemos, concluindo que:

- a) As demonstrações financeiras permitem uma adequada compreensão da situação financeira e dos resultados da Sociedade;
- b) As políticas contabilísticas adoptadas e as divulgações efectuadas são adequadas; e
- c) O relatório de gestão apresenta a evolução dos negócios e da situação da Sociedade, em conformidade com as disposições legais e estatutárias.



Em resultado do trabalho desenvolvido somos de parecer que a Assembleia-Geral Anual da Sociedade aprove:

- a) O Relatório de Gestão e as Contas referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2010;
- b) A proposta de aplicação de resultados contida no mencionado Relatório de Gestão.

Finalmente, não podemos deixar de salientar e agradecer a excelente colaboração recebida no desempenho das suas funções do Conselho de Administração da Sociedade e dos serviços com os quais tivemos oportunidade de contactar.

Funchal, 19 de Setembro de 2011

O FISCAL ÚNICO

KPMG & Associados -
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (nº 189)
representada por
João Albino Cordeiro Augusto (ROC nº 632)